

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



# **BOLETIM DE CONJUNTURA**

**BOCA**

Ano V | Volume 13 | Nº 38 | Boa Vista | 2023

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.7647966>



## NOTA HISTORIOGRÁFICA ACERCA DO GOLPE E DA DITADURA

*Michel Goulart Silva<sup>1</sup>*

### Resumo

Este ensaio tem como objetivo discutir alguns dos aspectos relacionados à ditadura iniciada com o golpe de 1964. Procura-se demonstrar questões econômicas, políticas e culturais relacionadas ao golpe e à ditadura. Para tanto, são abordados elementos trabalhados em ensaios e artigos de análise publicados ao longo dos últimos anos.

**Palavras Chave:** Golpe; Ditadura; Militares.

### Abstract

This essay aims to discuss some of the aspects related to the dictatorship that began with the 1964 coup. It seeks to demonstrate economic, political and cultural issues related to the coup and the dictatorship. To this end, elements worked on in essays and analysis articles published over the last few years are addressed.

**Keywords:** Coup; Dictatorship; Military.

O golpe de 1964 e a ditadura que o seguiu suscitou, ao longo de décadas, interpretações variadas e até mesmo antagônicas. Essa variedade de perspectivas de análise tem suas bases teóricas e políticas, associada em grande medida às disputas políticas travadas durante a ditadura e que reverberam na contemporaneidade. Essas disputas também levaram à produção de pesquisas acerca do tema, mobilizando tanto segmentos envolvidos diretamente com o regime ou com a oposição, bem como pesquisadores acadêmicos (FICO, 2004). O debate acerca da ditadura e do golpe, em suas diferentes abordagens, foi um tema frequente em colaborações publicadas ao longo de minha produção acadêmica.

Essa perspectiva de investigar as disputas políticas relacionadas ao golpe e à ditadura colocam a necessidade de identificar os processos de diferentes naturezas e os sujeitos envolvidos das diferentes disputas. Nesse sentido, um primeiro elemento passa por não limitar a investigação a um evento conjuntural como o golpe ocorrido em 1964. Os militares vinham elaborando um projeto de desenvolvimento econômico e político atrelado ao capitalismo desde pelo menos a década de 1940. Essa doutrina, em torno da ideia de “segurança nacional e desenvolvimento” (ZECA, 2021), elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG) e difundida entre as “elites” civis, colocava como perspectiva a localização do Brasil como uma “potência média” que representasse os interesses imperialistas na América do Sul (SILVA, 2013a). Em grande medida essa formulação teórica dos militares estava embasada no anticomunismo, difundido desde as décadas anteriores, e mobilizou diferentes segmentos da população, como mulheres e maçons, além de empresários e das Forças Armadas (SILVA, 2014a,

<sup>1</sup> Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal Catarinense (IFC). Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail para contato: [michelgsilva@yahoo.com.br](mailto:michelgsilva@yahoo.com.br)



2021a). Conforme será apontado posteriormente neste ensaio, o anticomunismo ainda é marcante no discurso de significativos setores da direita.

O processo de construção da ditadura articulou a repressão estatal às ideias de um modelo econômico voltado para o desenvolvimento e para os interesses imperialistas. Durante o chamado “milagre brasileiro”, entre o final da década de 1960 e início dos anos 1970, observou-se dados de crescimento econômico em meio ao achatamento de salários e ao ataque aos direitos dos trabalhadores (SILVA, 2011a, 2012a, 2014b, 2019a). Uma das manifestações mais evidentes da repressão e da coerção promovida pela ditadura se deu entre os intelectuais, muitos dos quais levados ao exílio, e, também, no processo de ataque à autonomia das universidades (SILVA, 2013b). Outra manifestação da intervenção estatal na vida dos trabalhadores se deu por meio da política urbana, voltada aos interesses privados, que levou ao processo de desenvolvimento econômico das “cidades médias” e, ao mesmo tempo, à marginalização de parcelas da população trabalhadora (SILVA, 2011b, 2014c). Esse conjunto de ideias em torno dos eixos de desenvolvimento e segurança foi difundido por meio dos “ciclos de estudos” da associação de diplomados da ESG, ocorridos a partir do começo da década de 1970, voltados à participação de membros de governos e de setores empresariais (SILVA, 2012b).

O esgotamento do projeto econômico da ditadura e, principalmente, o processo de reorganização dos trabalhadores, trouxeram à tona a perspectiva de derrubada do regime e de um processo de transição para uma nova ordem institucional (SILVA, 2014d). Contudo, nesse processo, as classes dominantes, que permaneciam no controle do Estado, centraram seus esforços na defesa da propriedade privada, mantendo no novo aparato estatal elementos de repressão e de priorização da segurança, baseados em ideias como a de “defesa nacional” ou de “combate ao terrorismo” (SILVA, 2019b). O novo ordenamento jurídico acabou por expressar as contradições do processo de transição, que, por um lado, manteve elementos de manutenção da ordem capitalista e, por outro, inseriu reivindicações defendidas nas mobilizações dos trabalhadores (SILVA; VELHO, 2019). Nesse processo, foram legitimadas manobras da ditadura no sentido de garantir a estabilidade política e social, materializada em medidas como a anistia aos torturadores, a não punição dos agentes públicos que atuaram na repressão e a criação de empecilhos no acesso a documentos que mostrem os crimes cometidos por agentes públicos período (SILVA, 2009; 2018).

Essa conciliação forçada teve diferentes consequências. Uma delas passou pela constituição de uma memória que minimiza as consequências da ditadura para a sociedade ou mesmo procura apagar os crimes cometidos pela ditadura (SILVA, 2020a; CASTRO, 2008). Essa ação passa, por exemplo, pela conivência da imprensa, que, sem assumir os erros de ter apoiado a ditadura, procura minimizar as ações criminosas do regime, chegando a difundir expressões como a de “ditabranda” (SILVA, 2016a;



TOLEDO, 2009). Essa influência negacionista se estendeu à historiografia, em grande medida para combater uma produção acadêmica que, supostamente, teria sido influenciada pelos “vitoriosos” da esquerda e que fariam uma propaganda contra as ações daqueles que teriam “salvado” a nação de ações “ditatoriais” dos “comunistas” (SILVA, 2010; 2011c; 2016b). Essa escrita de histórias, baseada em documentos de caráter duvidoso e em relatos de memórias de membros dos governos da ditadura, acabou ficando bastante restrita aos próprios círculos militares. No entanto, ainda que tenha sido pouco difundida, essa pretensa historiografia foi base de muitas das falas dos membros do governo Bolsonaro para negar os crimes da ditadura e até mesmo homenagear por meio de ações institucionais notórios torturadores, como Ustra (SILVA, 2021b).

Essa desconfiança de setores militares em relação ao regime construído a partir da transição da ditadura é uma das bases que sustentam o ideário defendido pelo movimento Escola Sem Partido. Embora não seja possível apontar uma relação direta, percebe-se semelhanças em torno do discurso de neutralidade no ensino ou a defesa da coerção à liberdade de cátedra (SILVA, 2019c). Nos últimos anos, esse tipo de ideologia ganhou força com a ampliação da difusão da ideia de que o “marxismo cultural” teria embasado ações de governos ou mesmo das instituições, em países como o Brasil ou mesmo os Estados Unidos. Essa ideia difundida pelos setores da direita coloca no horizonte uma perspectiva reacionária, de combate não apenas do marxismo, mas até mesmo do racionalismo que sustentou as revoluções burguesas na Europa (SILVA, 2020b). O anticomunismo, de vislumbrar os riscos de uma ameaça armada por parte das esquerdas, passou a temer até mesmo a ação institucional de setores da esquerda que defendem a ordem e o capitalismo (2021c).

Uma das consequências da transição incompleta e da difusão de ideologias conservadoras ou mesmo reacionárias passa constante ameaça de um golpe, seja ele uma ameaça real, seja apenas uma narrativa utilizada na disputa política (SILVA, 2020c). Nas últimas décadas, essa pretensa ameaça terminou por ser muito mais retórica do que concreta, afinal um processo golpista estaria diretamente ligado à correlação de forças entre as classes sociais e a disposição de setores das classes dominantes em levar a uma ruptura institucional (SILVA, 2020d). No caso de Jair Bolsonaro, durante o mandato como presidente, sua ação esteve mais voltada para a mobilização de sua base política, procurando dar a ela uma maior coesão programática e até mesmo ideológica (SILVA, 2022a). Com a saída do mandatário do poder, parece que essa base ficou órfão, levando parte dos apoiadores a ter uma postura de violenta ofensiva contra as instituições da democracia burguesa (SILVA, 2022b).

Essas discussões, em torno da ditadura e da transição, aqui apresentadas de forma panorâmica, permitem tirar pelo menos duas conclusões. Primeiro, que há a necessidade de aprofundar o debate acerca do regime vigente, genericamente caracterizado como democrático, na medida em que seus



elementos mostram um conjunto de resquícios da ditadura, em grande medida por conta dos mecanismos de manutenção da segurança promovida pelo Estado e de defesa da propriedade privada. Segundo, que a produção de ideologias reacionárias vem impactando na produção do conhecimento acerca da ditadura e do golpe de 1964. Neste sentido, a violência estatal ou mesmo os crimes cometidos por agentes da repressão são relativizados, por agentes públicos ou mesmo por jornalistas e pesquisadores, na medida em que as denúncias feitas contra os ditadores e seus apoiadores não passariam de mentiras. Esse embate influi na atualidade, na medida em que impacta tanto se batalha por um regime que seja de fato democrático como para compreender efetivamente a realidade e sua dinâmica sem as deturpações da ideologia dominante. O combate aos resquícios da ditadura, denunciando seus crimes e sua brutalidade, encontra, assim, a necessidade de disputa tanto na esfera da luta política como na da escrita e denúncia dos horrores da ditadura.

## Referências

CASTRO, C. “Comemorando a ‘revolução’ de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros”. In: FICO, C. *et al.* (orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.

FICO, C. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

SILVA, M. G. “As eleições de outubro e o fantasma do golpe”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 11, n. 33, 2022b.

SILVA, M. G. “As esquerdas no Brasil e as eleições municipais”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 5, n. 13, 2021c.

SILVA, M. G. “Cidades massificadas, cidades da ditadura”. **Revista Urbana**, n. 6, 2014c.

SILVA, M. G. “Cultura política e discursos de modernização em Santa Catarina (1970-75)”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011a.

SILVA, M. G. “Ditadura, história e esquecimento no Brasil”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 1, 2020a.

SILVA, M. G. “Ditadura, transição e democracia na Constituição de 1988”. **Revista Aurora**, vol. 12, 2019b.

SILVA, M. G. “Geopolítica, imperialismo e interdependência na América Latina”. **Contra a Corrente**, n. 10, 2013a.

SILVA, M. G. “Golpe de estado: história e usos de um conceito”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 4, n. 12, 2020d.



SILVA, M. G. “Governo Bolsonaro: notas para um balanço histórico e político”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 11, n. 32, 2022a.

SILVA, M. G. “Histórias que os militares contam: do golpe de 1964 aos primeiros anos da ditadura civil-militar no Brasil”. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, vol. 2010, 2009.

SILVA, M. G. “Intelectuais, cultura política e ditadura no Brasil”. **Espaço Acadêmico**, vol. 144, 2013b.

SILVA, M. G. “Intelectuais, ditadura e modernização em Santa Catarina”. **Fronteiras**, n. 34, 2019a.

SILVA, M. G. “O ‘milagre brasileiro’ e a legitimação da ditadura”. In: GOMEZ, I.; SOARES, R. M. (orgs.). **Notas de um desaparecido**: Paulo Stuart Wright. Florianópolis: IPSW, 2014b.

SILVA, M. G. “O anticomunismo e o golpe de 1964”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 6, n. 16, 2021a.

SILVA, M. G. “O Escola Sem Partido como expressão do ideário militar”. **Germinal**, vol. 10, n. 3, 2019c.

SILVA, M. G. “O fantasma do golpe na atualidade”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 4, 2020c.

SILVA, M. G. “O golpe de 1964 e a atuação política da Campanha da Mulher pela Democracia em Santa Catarina”. **Espaço Acadêmico**, vol. 14, n. 159, 2014a.

SILVA, M. G. “O movimento estudantil e a resistência à ditadura em Santa Catarina”. **Tempos Históricos**, n. 18, 2014d.

SILVA, M. G. “O revisionismo contemporâneo e a história escrita pelos militares”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 8, n. 23, 2021b.

SILVA, M. G. “Os ‘Anos de Chumbo’ e a Folha de São Paulo”. In: SILVA, M. G. **Notas sobre política e cultura**. São Paulo: Editora Todas as Musas, 2016a.

SILVA, M. G. “Os arquivos da ditadura: entre os direitos humanos e a segurança nacional”. **Temáticas**, n. 33, 2009.

SILVA, M. G. “Os Ciclos de Estudos da ADESG e a formação de ‘elites civis’”. **Anais do I Simpósio de Integração Científica e Tecnológica do Sul Catarinense**. Florianópolis: IFSC, 2012b.

SILVA, M. G. “Os militares brasileiros e a ‘grande mentira’”. In: SOUSA, F. P.; SILVA, M. G. (orgs.). **Ditadura, repressão e conservadorismo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011c.

SILVA, M. G. “Os militares e as representações acerca da ditadura militar (1964-85)”. **Religación**, n. 4, 2016b.

SILVA, M. G. “Reflexões sobre o marxismo cultural”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 3, 2020b.

SILVA, M. G. “Uma cidade em disputa: representações das transformações urbanas em Florianópolis no contexto da aprovação do Plano Diretor em 1976”. In: LOHN, R. L.; CAMPUS, E. C.; FALCÃO, L. F. (orgs.). **Florianópolis no tempo presente**. Florianópolis: UDESC, 2011b.



SILVA, M. G. **Crescer com o Brasil**: planejamento, modernização e utopia de desenvolvimento em Santa Catarina (1970-1975) (Dissertação de Mestrado em História). Florianópolis: UDESC, 2012a.

SILVA, M. G. **Os riscos da democracia**: da “transição lenta e gradual” à “onda conservadora” (Relatório de Pós-Doutorado). Florianópolis: UDESC, 2018.

SILVA, M. G.; VELHO, R. S. “A Constituinte na perspectiva estratégica de Florestan Fernandes”. **Revista Marx e o Marxismo**, n. 12, 2019.

TOLEDO, C. N. “Crônica política sobre um documento contra a ‘ditabranda’”. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 17, n. 34, 2009.

ZECA, B. G. “Análise Historiográfica da ‘Modernização Autoritária e Conservadora’ e sua Relação com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 5, n. 13, 2021.



## BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 13 | Nº 38 | Boa Vista | 2023

<http://www.ioles.com.br/boca>

### Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

### Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

### Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima